

Raquitismo político

JAIME CUAMBE

A COMUNIDADE Internacional emitiu ainda ontem, mais um importante sinal de confiança a Moçambique e ao seu Executivo, ao anunciar publicamente em Roma, a capital italiana, a libertação dos primeiros montantes para o apoio ao programa de reconstrução pós-cheias.

No total, são cerca de 450 milhões de dólares norte-americanos, que o Governo eleito nas segundas eleições gerais, necessita para minorar os efeitos devastadores das inundações e dos ciclones que se abateram sobre o país. Até ontem, cinco países já haviam anunciado as suas contribuições estimadas em 9,5 milhões de dólares norte-americanos, e todas as indicações apontavam no sentido de se conseguir todo o "bolo" solicitado pelo Presidente da República, Joaquim Chissano.

Com efeito, estamos perante uma demonstração clara de que a comunidade internacional assume com seriedade e responsabilidade a gravidade da tragédia que se abateu sobre o nosso país e está consciente da incapacidade do Governo em reanimar o seu tecido social e económico, severamente afectados pelas calamidades naturais.

Aliás, esta pronta resposta dada pelos primeiros cinco países participantes à reunião de Roma, também serviu para provar, uma vez mais, que o Executivo ainda continua a gozar da confiança dos doadores internacionais, apesar de um coro de vozes irresponsáveis terem tentado convencer o mundo de que Moçambique não merecia esta ajuda para socorrer milhares de moçambicanos, que ficaram afectados pelos desastres naturais que assolaram Moçambique, por alegadamente existir no país uma instabilidade sócio-política.

Infelizmente, certa oposição, como é o caso da Renamo, também fez eco desses apelos criminosos, ao emitir uma "decla-

ração" distribuída a comunidade internacional, em geral, aos países doadores e ao corpo diplomático acreditado em Maputo, em particular desaconselhando a realização da conferência de Roma.

Na sua "declaração", o maior partido da oposição moçambicana exigia como pré-condição para a realização da reunião um acordo político entre a Renamo-UE e a Frelimo; participação em pé de igualdade dos signatários do Acordo de Roma no fórum; garantia de confiança, estabilidade política e social no país e garantia de transparência na gestão e utilização dos donativos.

De facto, um dos elementos de garantia e transparência foi já dado pelo Executivo, ao abrir uma conta especial no Banco Mundial para onde deverão ser canalizadas as ajudas a reconstrução. Um outro elemento, é o próprio Parlamento, a quem cabe também fiscalizar a actividade governativa. Relativamente ao "dossier" eleitoral, seria redundante voltar-se a recordar à coligação tratar-se simplesmente de um caso encerrado e que já nem serve para retórica política.

O país entrou na normalidade, as instituições estão a funcionar, o Governo já possui um instrumento jurídico-legal para implementar as suas linhas de política social e económica para o ano corrente, sendo que nenhum apelo contrário ao do Governo encontrará uma resposta positiva por parte da comunidade doadora, uma comunidade que ficou comovida ao ver as imagens da tragédia que se abateu sobre o nosso território, e logo se apressou a anunciar as suas ajudas para socorrer os moçambicanos.

Tudo o resto não passa de um apelo criminoso e antipatriótico e senão mesmo raquitismo político.